

O lance decisivo de Amanda Gurgel

Fernando Boppré

A educação brasileira é mesmo uma questão de retórica. Professora potiguar discursa no parlamento. Luz, câmera e ação. Vídeo com o registro de sua fala atravessa meio mundo e, por fim, é veiculado na televisão. Com isso, ao invés de se restringir aos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ou seja, a nada), o verbo ousado da professora dos três dígitos (sim, ela recebe menos que mil reais por mês) sacode os quatro cantos do País.

Caso os sofistas ou mesmo Aristóteles assistissem ao discurso da professora Amanda Gurgel, certamente a aplaudiriam de pé. Todos os cinco elementos imprescindíveis à retórica foram colocados de maneira canônica: a invenção, a disposição, a elocução, a memória e a pronúncia. A escolha do conteúdo foi incontestável: a necessidade de uma educação de qualidade, ou seja, um dos consensos nacionais. Em seguida, a organização e a eloquência do discurso mostraram-se exemplares: a partir de sua própria experiência, ela abordou a indigna realidade dos professores do ensino fundamental e médio para, em seguida, exigir daqueles que ocupam o poder constituído o que chamou de “vergonha”. Ademais, em nenhum momento recorreu a qualquer anotação para complementar seu pronunciamento: ao longo dos mais de cinco minutos, utilizou-se da memória e do afeto para relatar aquilo que a imprensa passou denominar por “dramática situação do magistério no Brasil”.

Sim, dramática. Afinal, é preciso que a realidade se transforme em drama(turgia) para que haja uma comoção no Brasil. É tão-somente no momento em que o cotidiano se torna uma espécie de telenovela, com heróis (professores) e vilões (políticos), que a opinião pública promove um movimento de consternação em nome de alguma causa. Não por acaso foi preciso uma câmera ligada e uma construção cênica para que a fala de Amanda Gurgel circulasse pelo País.

Não obstante, as enfáticas indagações e afirmações colocadas pela docente não acrescentam quaisquer conceitos novos em relação ao lugar comum sobre a educação brasileira. É-se notório e de conhecimento público que professores recebem salários espúrios, cumprem uma carga horária excessiva, num regime de trabalho avassalador. É triste concluir que o lance decisivo de Amanda Gurgel foi mera questão de retórica, aquilo que Sócrates considerava uma técnica superficial justo porque não vislumbrava a filosofia, mas sim um simples exercício do bem falar sobre coisas absolutamente conhecidas por todos.

Em síntese: o dito e o sabido foram reproduzidos por Amanda Gurgel. Nem era preciso apertar o “Rec” para gravar seu discurso, mas apenas acionar o “Play” de alguma outra câmera que tenha registrado um movimento reivindicatório de professores. Desta vez, todavia, os ouvidos moucos e olhos obnubilados dos brasileiros se comoveram, como quem assiste ao VT da telinha. Seu rosto redondo e angelical, o trejeito delicado de menina conjugado à convicção aguerrida de uma heroína, a colocação das palavras articuladas aos gestos sobre uma tribuna.

E ainda: a cena protagonizada reverberou tão-somente porque simulou um ambiente de bacharéis. Se ela estivesse em cima de um carro de som, discursando para uma platéia de professores grevistas, com a mesma eloquência, semelhante discurso, certamente não se teria creditado tamanha solidariedade a esta professora. É porque somos o País dos bacharéis, o absurdo território onde a retórica define as relações entre os cidadãos.

O Brasil é um dos países com o maior número de processos judiciais em curso que emitem a última palavra desde a guarda de crianças até a liberação de pesquisas com células-tronco. Na prática, delega-se aos bacharéis de Direito o arbítrio sobre o viver em sociedade. É o que Sérgio Buarque de Hollanda, em seu já longínquo “Raízes do Brasil”, considerava como um dos aspectos mais significativos do caráter brasileiro: “Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos”.

Isso dito porque foi numa espécie de tribunal (não por acaso, uma tribuna) que a professora teve que explicar sua lamentável situação profissional. Não se tratava de um vídeo gravado no recanto do lar, muito menos uma aula proferida em um auditório. Pelo contrário, foi preciso a professora assumir um pseudo-papel de depoente tendo diante de si deputados, secretária de educação, promotores do Ministério Público, e que seu discurso fosse endereçado ao poder para que o País reconhecesse o mérito e a verdade daquela fala, a força e a ética daquela professora que, naquele momento, representava a educação brasileira e, em muitos sentidos, tornava-se mais importante que o Ministro da Educação.

Além do mais

É essa a mesma lógica retórica que transforma professores de cursinhos pré-vestibulares em ídolos ao lecionarem de maneira convincente conteúdos batidos para os vestibulares. Contudo, transmitir conhecimentos descartáveis de modo a convencer a clientela nada tem a ver com educação. Do mesmo modo, alunos que não sabem absolutamente nada sobre a matéria em questão são aprovados com excelência pelo simples fato de saberem escrever. E, por

fim, o absurdo da retórica pela retórica que também domina os exames de admissão em Programas de Pós-Graduação na maior parte das universidades públicas, que aprova aqueles que respondem com desenvoltura às provas e às entrevistas (por sinal, se o vestibular possui comprovada lisura em seu processo seletivo, o acesso aos programas de Pós-Graduação é um imenso jogo de cartas marcadas).

Além do mais

A milhas de distância do Rio Grande do Norte, num outro Estado da Federação que também possui uma vergonhosa política salarial ao magistério, professores decidem entrar em greve. Pela primeira vez, a dita opinião pública catarinense – inclusive articulistas políticos que, outrora, repudiavam o movimento grevista de qualquer categoria – é favorável à inércia dos docentes. O pretexto para tal concordância é a Lei Federal que regulamentou o piso nacional do magistério. O que espanta, neste caso, é o fato de que é preciso haver uma regulamentação federal para que aquilo que é ético se torne moralmente possível. Em linhas profanas: era de conhecimento público que os professores recebem salários medíocres em Santa Catarina, mas foi preciso o Supremo Tribunal Federal reconhecer a constitucionalidade da ética.

Por fim

Que se faça cumprir o que é Lei. Nenhum aumento ao Legislativo ou ao Judiciário – dentre os inúmeros concedidos nos últimos anos – foi questionado pelo Executivo estadual. Se um motorista do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina ganha mais de R\$ 4.000,00, por que um professor não pode receber o dobro disto?